



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 3009

**Presidente da Mesa Diretora:** Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Celebração de Convênios, Termos de Cooperação e Aditivos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/03/1990

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 10/90. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Escola "Vovó Clarice". (Referente à Lei nº 1.838, de 31/05/1990).

**Controle Interno – Caixa:** 02

**Posição:** 23

**Número de folhas:** 17

---

Espécie: PL  
Categoria: Comércio e termo  
Cx: 02  
Ordem: 23  
nº res: 14

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

10/90

Autor: Prefeito Municipal

### Assunto:-

Autoriza a celebração de Convênio com a Escola

" Vovó Clarice . "

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 Recebido em 06.03.90
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 06.03.90
- 3 Aprovado em 1ª discussão - 13.03.90.
- 4 À Com. de Educação - 13.03.90.
- 5 Aprovado em 2ª discussão - 20.03.90
- 6 À Com. de Redação - 20.03.90.
- 7 Aprovado em 3ª - 27.03.90.
- 8 À sanção - 27.03.90.
- 9 Negativa - se -
- 10





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 16 de fevereiro de 1990

Of. Nº 022/90

Assunto Mensagem (encaminha Projeto de Lei)

Serviço Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

O presente Projeto de Lei visa, precipua-  
mente, estabelecer a colaboração deste Município com a Escola "Vo-  
vô Clarice", filiada à Fundação Educacional João Carlos Alberque-  
que, que, sem fins lucrativos, funciona graças ao subsídio e as  
doações financeiras da Comunidade e às dotações de Órgãos Públi-  
cos.

A referida Escola "Vovô Clarice", presta  
à Comunidade de Montes Claros relevantes e altruísticos serviços  
ao oferecer todo o seu carinho e atenção às crianças excepcionais.

O Município de Montes Claros, participan-  
do desta responsabilidade, com o Convênio, que pretende celebrar,  
propiciará a crianças excepcionais carentes, oportunidade de se  
integrarem na comunidade e na família.

Assim, estamos certos de que V. Exa. e  
os nobres Edis dessa respeitável Casa se sentirão sensibilizados  
e, ao mesmo tempo, responsáveis pelo atendimento a projeto de tão  
grande relevância social.

Externamos a V. Exa. e a essa Casa Legis-  
lativa os protestos de alta estima e consideração, subscrevendo-  
nos,

Cordialmente,

Dr. Mário Ribeiro da Silveira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Dr. Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

DD. Presidente do Legislativo Municipal

N e s t a :





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
EM 10 DE maio DE 1990  
[Signature]  
PRESIDENTE

*sem voto  
do  
Zélio Campino  
Lopes*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE Redação  
EM 10 DE maio DE 1990  
[Signature]  
PRESIDENTE

*Aprovamos o texto  
original.*

*Tarciso Macedo*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
EM 17 DE maio DE 1990  
[Signature]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A SANÇÃO  
EM 17 DE maio DE 1990  
[Signature]  
PRESIDENTE





# PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



*[Handwritten signature]*

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 16 DE FEVEREIRO DE 1990.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ESCOLA "VOVÔ CLARICE" FILIADA A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE, SEM FINS LUCRATIVOS, DESTA MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG aprova, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com a Escola "Vovô Clarice", filiada à Fundação Educacional João Carlos Albuquerque, inscrita no CGC/MF sob o nº 21.358.767/0001-67.

Art. 2º - O convênio a ser celebrado tem por finalidade a cessão de 03 (tres) professores da rede municipal de ensino à Escola "Vovô Clarice", que, em contrapartida, concederá ao Município 30(trinta) bolsas de estudos.

Art. 3º - O Convênio terá duração do ano letivo de 1.990.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação do orçamento municipal.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente, como nela se contém e declara.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 16 de fevereiro de 1990.

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Legislação e Justiça  
 EM 06 DE maio DE 1990  
[Assinatura]  
 PRESIDENTE

A matéria é legal e constitucional  
 foi aprovada  
 É legal e constitucional  
 Juvenal Macedo

O projeto é legal e constitucional  
 [Assinatura]

Opinações pela legalidade e constitucionalidade de do projeto de lei

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
 EM 13 DE maio DE 1990  
[Assinatura]  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Educação  
 EM 13 DE maio DE 1990  
[Assinatura]  
 PRESIDENTE

O projeto é legal  
 mas faltam explicitar  
 os valores que os  
 municípios ou as  
 famílias devem pagar  
 pelo ganho com  
 o comércio, etc.  
 [Assinatura]

concordamos com  
 o nome convém  
 [Assinatura]



# Fundação Vovó Clarice

CGC 21.358767/0001-67

Rua Dr. Veloso, 876 — Centro — CEP 39.400

MONTES CLAROS

— MINAS GERAIS

Montes Claros, 19 de março de 1990

Ilmo. Sr.

Dr. Carlos Pimenta de Figueiredo

D.D. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Senhor Presidente,

Atendendo ofício nº 76/90 de 14 de março de 1990, estamos encaminhando cópia dos estatutos da Fundação Vovó Clarice.

Aguardando uma posição favorável, -  
subscrevemo-nos atenciosamente.

*M. B. H. L. Albuquerque*  
Maria de Lourdes Drum Albuquerque  
- Diretora -  
Autorização nº. 1297/84



" ESTATUTO DA FUNDAÇÃO VOVÓ CLARICE "

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIVIL DA COMARCA DE MONTES CLAROS  
ONCIAI Joãoir Valle Moutelo  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º - Resultante de transformação da sociedade civil por cotas de responsabilidade limitada " ESCOLA VOVÓ CLARICE LTDA ", fica instituída a " FUNDAÇÃO VOVÓ CLARICE ", que se regerá pelo presente ESTATUTO e pela legislação específica.

Art. 2º - A sede da Fundação será à Rua Dr. Veloso, nº 876, centro, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 3º - A Fundação terá por finalidade manter parcial e integralmente, em caráter filantrópico e beneficente, atendimento a alunos com múltiplas deficiências, 1ª a 4ª séries do 1º grau para excepcionais e preparação de excepcionais para o mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Não obstante a sua finalidade primordialmente beneficente e assistencial, de que não deverá afastar-se, a Fundação poderá cobrar de alunos matriculados no estabelecimento, contribuições e taxas módicas, divididas, ainda, em modestas prestações.

Art. 4º - A duração da Fundação será por prazo indeterminado.

DO PATRIMÔNIO

Art. 5º - O Patrimônio da Fundação será constituído das

Adelino Albuquerque

Selma Brant  
Hávia Danilica S. Figueira



seguintes parcelas:

- a) Bens e direitos, deduzidas as obrigações, que compõem o ATIVO e PASSIVO da sociedade sucedida " ESCOLA VOVÓ CLARICE LTDA " ;
- b) Contribuições mensais de alunos;
- c) Contribuições mensais de associados;
- d) Subvenções recebidas dos cofres públicos Municipal, Estadual e Federal e de suas autarquias e/ou outras Empresas Públicas;
- e) Legados;
- f) Frutos e rendimentos dos bens ou serviços da Fundação.

Art. 6º - A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da Fundação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

#### DA ADMINISTRAÇÃO

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS COMARCAS JUDICIAS,  
Oficial - *Valle Maurício*  
PONTES CLAYROS - MINAS GERAIS

Art. 7º - A Fundação será dirigida, técnica e administrativamente, por uma Diretoria, composta de um Diretor, um Secretário e um Tesoureiro e terá outros Departamentos Especializados, orientados por membros escolhidos pela Diretoria, desde que sejam necessários à sua boa administração.

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral é o órgão superior deliberativo da Fundação, ao qual compete deliberar sobre qualquer assunto em que forem omissos a Lei e os Estatutos, e dela farão parte: A) os Diretores; B) os beneméritos da Fundação, nos termos deste Estatuto.

Art. 9º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, para deliberar sobre o Balanço Ge



ral, relatório e contas da Diretoria, relativos ao exercício anteri  
or, deliberando sobre os mesmos, e, quando for o caso, para eleger  
os membros da Diretoria.

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Official - *South Valley Associates*

FRONTERA CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que o exigirem os interesses sociais e for convocada regularmente.

Art. 11 - A Assembléia Geral será convocada pela Diretoria, por aviso publicado, por duas vezes, com a antecedência mínima de 10 dias, em um diário local de grande circulação, além de cartas enviadas diretamente aos seus membros, cujos endereços forem conhecidos, devendo a convocação se referir, ainda que sumariamente, aos assuntos a serem debatidos e designar dia, hora e local da reunião.

§ 1º - Em segunda convocação, a publicação do convite se  
rá feita uma só vez, com a antecedência mínima de 3 ( treis ) dias,  
dispensando-se, neste caso, a remessa de carta convite.

§ 2º - Quando houver solicitação de, no mínimo, 1/3 ( um terço ) dos membros da Assembléia Geral, esta deverá ser convocada pela Diretoria.

Art. 12 - Em primeira convocação, a Assembléia Geral ins  
talar-se-á com a presença mínima da maioria de seus membros, e, em  
segunda convocação, com qualquer número.

Art. 13 - Competirá à Assembléia Geral, além de outras atribuições resultantes do Estatuto, destituir os membros eleitos da Diretoria, modificar o Estatuto, discutir e deliberar sobre os de mais assuntos, que não estiverem regulados em Lei, no Estatuto, no ato de instituição ou não forem da competência de outro órgão.



Leverson Bruce, Brant  
Haier Familia S. Figueira

CARTORIO DOS REGISTROS DE  
 TITULOS E DOCUMENTOS  
 CIVIL DOSSIER JURIDICA  
 Oficial Joao Valle Maestre  
 MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 16 - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes-exercerão os seus cargos até a primeira Assembléia Geral ordinária-que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Art. 18 - Os membros do Conselho Fiscal, desempenharão as suas funções e atribuições, sem remuneração.

Art. 19 - São membros honorários da Fundação aqueles que, por serviços relevantes ou excepcionais à comunidade, forem julga dos merecedores da distinção pela Diretoria e Conselho Fiscal conjun tamente.

a) os ex-Diretores e ex-Membros do Conselho Fiscal, que tenham exercido o mandato por mais de 5 ( cinco ) anos e não tenham sofrido



8

destituição de cargo; b) os que forem considerados merecedores do título por deliberação da Diretoria, em conjunto com o Conselho Fiscal, por haverem feito doações de vulto à Fundação, ou concorrido com os seus serviços para o aumento de seu patrimônio ou houverem prestado serviços profissionais ou científicos de vulto à Fundação.

Art. 21 - São cooperadores os professores em exercício no corpo docente da Fundação, e aqueles que, residindo em Montes Claros se distinguirem pela relevância de sua atuação profissional, moral - ou social, e que, por se interessarem pela obra e desenvolvimento da Fundação, forem julgados merecedores do título pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal, em conjunto.

Art. 22 - Somente após cinco anos da concessão do respectivo título, poderão os beneméritos e cooperadores participar da votação na Assembléia Geral.

#### DO EXERCÍCIO SOCIAL

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL E CRIMINAIS  
Onde: João Valle Maurício  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 23 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que se procederá ao levantamento do balanço geral, em forma contábil, para apuração dos resultados e prestação - de contas.

Art. 24 - Do líquido apurado em balanço, depois de feitas as amortizações e constituição de fundos de previsão necessários à consolidação do patrimônio social, será deduzida a porcentagem de 5% ( cinco por cento ) para constituição do Fundo de Reserva Estatutária, ficando o restante à disposição da Diretoria para novas inversões nos exercícios seguintes.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aluísio Soares Brito

Severiano Soares Brito  
Márcia Brilhante S. Figueira



Art. 25 - A Fundação extinguir-se-á: a) nos casos previs-  
tos em Lei, b) pela impossibilidade de se manter.

Art. 26 - A Fundação também poderá ser extinta por deter-  
minação legal.

Art. 27 - No caso de extinção, competirá à Assembléia Ge-  
ral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o li-  
quidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período  
da liquidação.

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS.

Montes Claros - Minas Gerais

Art. 28 - Extinta a Fundação seus bens serão doados a  
uma instituição congênere.

Art. 29 - A Fundação ora instituída deverá:

- a) não remunerar os seus dirigentes nem distribuir lucros a qual-  
quer título;
- b) aplicar integralmente os seus recursos na manutenção e desenvol-  
vimento dos objetivos sociais;
- c) manter escrituração das suas receitas e despesas em livros reve-  
stidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

Montes Claros/MG, 18 de agosto de 1.988

M. B. Albuquerque  
Maria de Lourdes Brant Albuquerque  
- Diretora e Sócia Benemérita -

J. C. Albuquerque  
João Carlos Albuquerque  
- Tesoureiro e Sócio Benemérito -

Maria Emília Souza Figueira  
Maria Emília Souza Figueira  
- Secretária -

Severiano Durães Brant  
Severiano Durães Brant  
- Sócio Benemérito -

Reinaldo Durães Brant  
Reinaldo Durães Brant  
- Sócio Benemérito -



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PARA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE  
CIVIL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA - " ESCOLA VOVÓ CLARICE  
LTDA " - EM FUNDAÇÃO

CARTÓRIO DOS REGISTROS  
MONTES CLAROS  
CIVIL  
MONTES CLAROS  
MONTES CLAROS

MARIA DE LOURDES BRANT ALBUQUERQUE, brasileira, casada ,  
professora, residente e domiciliada à Rua Afonso Pena, nº 460, na  
cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Cédula de Identi  
dade nº M-1.630.807, expedida pela SSP/EMG, C.P.F. nº 367.652.526 -  
49;

JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, advogado ,  
residente e domiciliado à Rua Afonso Pena, nº 460, na cidade de  
Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Cédula de Identidade nº 28.  
484, expedida pela OAB-MG, C.P.F. nº 009.510.486-00;

ÚNICOS SÓCIOS da sociedade civil por cotas de responsabilidade li  
mitada, "ESCOLA VOVÓ CLARICE LTDA", com sede à Rua Dr. Veloso, nº  
876, centro, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais ,  
inscrita no CGC/MF sob o nº 18.051.425/0001-95, com seu ato consti  
tutivo registrado e arquivado sob o nº 0635/84, em 28/06/84 e pri  
meira e única alteração contratual registrada e arquivada sob o nº  
0708/85, em 20/06/85 no Cartório de Registro Civil das Pessoas Ju  
rídicas de Montes Claros - oficial Joanir Valle Maurício, DELIBERA  
RAM transformar a sociedade por cotas de responsabilidade limitada  
pré-existente em FUNDAÇÃO, mantendo-se o mesmo objetivo social da  
quela. Decidiram, também, aprovar o ESTATUTO SOCIAL ( doc. nº 01 -  
anexo ) que regerá os destinos da fundação de agora em diante e  
que o patrimônio líquido inicial da nova entidade compor-se-á dos  
bens, direitos e obrigações da sociedade transformada.



*M. B. Albuquerque*

Para administrar e dirigir a Fundação, a partir desta data até a Assembléia que se realizará no primeiro quadrimestre de 1.992, foram eleitos, por unanimidade, os seguintes Diretores: DIRETORA - MARIA DE LOURDES BRANT ALBUQUERQUE, já qualificada no preâmbulo deste instrumento; SECRETÁRIA - MARIA EMÍLIA SOUZA FIGUEIRA, brasileira, casada, professora, portadora da Cédula de Identidade nº M-939.117, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 009.327.956-68, domiciliada e residente em Montes Claros - MG, à Rua São Marcos, nº 173, Bairro Todos os Santos e TESOUREIRO - JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE, já qualificado no preâmbulo deste instrumento.

*Severiano Durães Brant*  
*Maria Emília S. Figueira*

Pelas doações e inestimáveis colaborações para o surgimento da Fundação foram agraciados como Sócios Beneméritos os senhores: SEVERIANO DURÃES BRANT, brasileiro, casado, fazendeiro, portador da Cédula de Identidade nº M-162.648, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 003.221.566-53, domiciliado e residente em Montes Claros - MG, à Avenida Afonso Pena, nº 448; REINALDO DURÃES BRANT, brasileiro, casado, fazendeiro, portador da Cédula de Identidade nº 746.338, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 003.229.466-20, domiciliado e residente em Montes Claros - MG, à Rua Tupinambás, nº 227, no Bairro do Melo; JOÃO CARLOS ALBUQUERQUE e MARIA DE LOURDES BRANT ALBUQUERQUE, ambos já qualificados no preâmbulo deste instrumento.

Do Conselho Fiscal

Foram eleitos, também, por unanimidade, os seguintes membros do Conselho Fiscal, os quais exercerão os seus mandatos até a Assembléia Geral que se realizará no primeiro quadrimestre de 1.989.

EFETIVOS: -1) ELIARA ALVES RIBEIRO, brasileira, solteira, maior, professora, portadora da Cédula de Identidade nº M-2.905.457, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 234.164.916-53, domiciliada e residente nesta cidade de Montes Claros - MG, à Rua Gerânio, nº 212, Bairro Fun





cionários;-2) TERESINHA DAS GRAÇAS LOPES TEIXEIRA, brasileira, casa  
da, professora, portadora da Cédula de Identidade nº M-79.057, expe  
dida pela SSPMG, do CPF. nº 262.050.841-04, domiciliada e residen  
te nesta cidade de Montes Claros - MG, à Rua Iraci de Oliveira No  
vais, nº 264, no Bairro Cândida Câmara e -03) MARIA DE LOURDES SIL  
VA CAETANO, brasileira, casada, professora, portadora da Cédula de  
identidade nº M-451.450, do CPF/MF. nº 187.555.856-04, domiciliada  
e residente em Montes Claros - MG, à Rua João F. Pimenta, nº 378, Vi  
la Santa Maria. SUPLENTEs: -1) ROSEMARY MADEIRA SILVA ALKMIM, brasi  
leira, casada, pedagoga, portadora da Cédula de Identidade nº M-647.  
345, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 077.277.476-52, domiciliada e  
residente em Montes Claros - MG, à Rua Bocaiúva, nº 521, centro;-2)  
MARGARETE CALDEIRA JUNQUEIRA SILVA, brasileira, casada, do lar, por  
tadora da Cédula de Identidade nº M-2.903.452, expedida pela SSPMG,  
do CPF. nº 187.687.766-91, domiciliada e residente em Montes Claros,  
à Rua Padre Vieira, nº 219, Bairro São Judas e -3) MARIA DA GLÓRIA  
CUNHA, brasileira, solteira, professora, portadora da Cédula de I  
dentidade nº M-1.589.791, expedida pela SSPMG, do CPF. nº 266.447.  
466-91, domiciliada e residente em Montes Claros, à Praça Capitão E  
néas, nº 300, Bairro Centro.

Estando assim justos e contratados firmam a presente al  
teração, em 04 ( quatro ) vias que serão levadas a registro e arqui  
vo no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Montes  
Claros - MG.

Montes Claros, 18 de agosto de 1.988

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS E  
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial João Valle Mansueto  
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

M. B. Albuquerque J. C. Albuquerque  
Maria de Lourdes Brant Albuquerque João Carlos Albuquerque

- Diretora e Sócia Benemérita - - Tesoureiro e Sócio Benemérito -

Severiano Durães Brant  
Severiano Durães Brant

- Sócio Benemérito -

Reinaldo Durães Brant  
Reinaldo Durães Brant

- Sócio Benemérito -



Maria Emilia Souza Figueira

Maria Emilia Souza Figueira

- Secretária -

Naide de Araujo Pereira

- Primeira Testemunha -

Francis de Oliveira Franco

- Segunda Testemunha -

ARTIGO 1.º DO REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CIVIL DO JUIZADO DE  
MANTOVARA - MINAS GERAIS

Primo de Maria Emilia Souza Figueira  
Brant

Secretaria de Brant



25

04

maio

90

129/90

Encaminhando projeto para sanção.

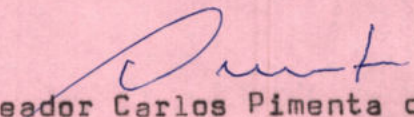
Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Pelo presente estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., o projeto-de-lei incluso, que autoriza assinatura de Convênio com a Associação Comunitária do Rio do Sítio, objetivando a destinação de recursos financeiros àquela entidade, para aquisição de uma grade para trator agrícola.

Com os nossos renovados protestos de apreço e estima, subscrevemo-nos

cordialmente.

  
Vereador Carlos Pimenta de Figueiredo  
Presidente da Câmara

Exmo. Sr.  
Dr. Mário Ribeiro da Silveira  
DD. Prefeito Municipal  
MONTES CLAROS